



RELATÓRIO INFRAESTRUTURA

DESTAQUES DO MÊS

Leilão de petróleo atrai 23 empresas

A Agência Nacional de Petróleo (ANP) já confirmou a participação de 23 empresas na 13ª Rodada de licitações de áreas de exploração e produção. Para a Agência Reguladora, o número sinaliza o grande interesse nas áreas oferecidas, a despeito da queda nas cotações internacionais de petróleo e do corte de investimentos das petroleiras. Apesar do otimismo do Governo, as empresas criticam o contrato proposto, que reduziria a atratividade comercial das áreas. A Petrobrás é uma das críticas, sobretudo à proposta que amplia o poder da ANP de definir a abrangência de um campo e uniões entre áreas distintas. A preocupação das petroleiras é com a definição de “campo” e os critérios previstos em contrato para a unificação de áreas - quando as reservas de óleo de um bloco ultrapassam seus limites geográficos e há necessidade de unificar a produção entre dois contratos diferentes. Nesses casos, há maior incidência de participações especiais, uma espécie de royalty cobrado pela ANP para campos com alta produção. O contrato prevê a extinção das concessões “total ou parcialmente, pela recusa dos Consorciados em firmar o Acordo de Individualização da Produção, após decisão da ANP”. (05.08.2015 – Baseado em O Estado de São Paulo)

PAINEL

Aneel abre Audiência Pública sobre o edital do Leilão de Transmissão

Aneel abriu Audiência Pública para obter subsídios para o aprimoramento da minuta de Edital e respectivos Anexos do Leilão de Transmissão nº 05/2015-ANEEL, destinado a promover a contratação de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica. Os interessados podem enviar contribuições até o dia 31 de agosto de 2015.

Saiba mais: www.aneel.gov.br

ANTT abre Audiência Pública sobre Metodologia para Cálculo da Taxa de Retorno do Fluxo de Caixa Marginal – WACC

A ANTT abriu Audiência Pública sobre a proposta de minuta de Resolução que trata da Atualização/ Revisão da Metodologia para Cálculo da Taxa de Retorno do Fluxo de Caixa Marginal – WACC, de que trata o artigo 5º da Resolução Nº 4.075, de 3 de abril de 2013. Os interessados podem enviar contribuições até o dia 28 de agosto de 2015.

Saiba mais: www.antt.gov.br



Ritmo de obras do PAC deve cair 33%

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) sofrerá uma freada brusca este ano, com redução de 33% no ritmo de execução das obras, segundo estimativa do Ministério do Planejamento. Com pouco dinheiro, os Ministérios foram instruídos a alongar o cronograma dos projetos, como forma de gastar menos nesse período. Assim, muitas inaugurações que estavam previstas para 2015 e 2016 serão, mais uma vez, adiadas. É o caso da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol). Até o ano passado, a previsão era concluir essa malha em construção na Bahia até abril de 2016 (prazo que já incluía três anos de atraso em relação ao cronograma original), mas a nova data foi adiada para fevereiro de 2018. O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) deverá ser entregue em outubro de 2017, um ano e dois meses depois da data prevista no final do ano passado. A Refinaria Abreu e Lima só deverá ficar pronta no fim de 2018. Se tudo tivesse corrido como programado, ela teria sido concluída em maio passado. A mudança de cenário gerou também alguns “esqueletos” de investimento. A Refinaria Premium 1, no Maranhão, recebeu investimentos de quase R\$ 2 bilhões da Petrobrás entre 2007 e 2014, segundo o último balanço do PAC. Mas, no fim do ano passado, a Petrobrás informou que havia desistido do empreendimento. A empresa também busca uma solução para a Unidade de Fertilizantes Nitrogenados em Três Lagoas (MS), que absorveu investimentos de aproximadamente R\$ 3,9 bilhões até o fim de 2014 e deveria ter 99,3% realizados até junho deste ano, pela meta estabelecida no mais recente balanço do PAC, divulgado no fim de 2014. Agora, a Petrobrás quer concluir a obra “através de uma reestruturação do negócio que não onere a Companhia”. Nas obras tocadas com dinheiro do Orçamento da União, o atraso é explicado unicamente pelo aperto nas contas públicas. Em 2014, o Governo desembolsou R\$ 57,7 bilhões para pagar etapas concluídas das obras. Em 2015, após dois cortes nos gastos públicos, a previsão é liberar no máximo R\$ 38,5 bilhões. A redução de 33% nas verbas precisará ser espelhada no cronograma de execução das obras. O ajuste fiscal terá efeitos também no futuro, porque a ordem agora é não começar empreendimentos novos e sim priorizar o que está em andamento. Os novos investimentos a serem contratados este ano, que contavam com R\$ 65 bilhões, foram reduzidos a R\$ 35 bilhões (corte de 46%). (08.08.2015 – Baseado em Estadão)

Consumidor vai bancar risco de falta de energia

Para tentar solucionar o problema do déficit na geração de energia hidrelétrica o Governo propôs aos agentes produtores de eletricidade uma mudança relevante na forma como os momentos de estiagem são enfrentados pelo sistema elétrico brasileiro. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) detalhou a proposta que transfere o risco dessa falta de energia dos geradores para os consumidores finais a partir de 2017. Segundo a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), para compensar esse custo adicional para a população, haverá uma contrapartida de redução dos preços na geração. Na prática, a proposta transfere para o regime de bandeiras tarifárias o risco de as hidrelétricas não conseguirem gerar o total de eletricidade que consta em seus contratos. Hoje, a bandeira vermelha já adiciona R\$ 5,50 nas contas de luz para cada 100 quilowatt hora (kWh) consumidos em meses de custo mais alto na geração de energia. Com a mudança, esse peso a mais a ser carregado pelos consumidores será ainda maior em períodos de estiagem. Em compensação, como os contratos do setor serão repactuados para preços menores que os atuais, em tempos de regime hidrológico favorável, a conta de luz também deve ser menor. (05.08.2015 – Baseado em O Estado de São Paulo).

Governo vai leiloar 29 terminais portuários

O Ministro da Secretaria Especial de Portos, Edinho Araújo, informou que o primeiro bloco de licitação da área deve ocorrer ainda no segundo semestre deste ano, com o leilão de 29 terminais, sendo nove em Santos (SP) e 20 no Pará. Esse primeiro bloco, já aprovado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), prevê investimentos totais de R\$ 4,7 bilhões e propiciará um aumento na capacidade de embarque de grãos, celulose, granéis, combustíveis e contêineres nesses dois locais. O Ministro destacou que o segundo bloco de licitações e arrendamentos portuários deve ocorrer no primeiro semestre de 2016, já com a possibilidade de cobrança de outorga. Nessa próxima fase, serão licitados 21 terminais, localizados nos portos de Suape, Aratu, Rio de Janeiro, São Sebastião, Santos, Paranaguá, São Francisco do Sul, Manaus, Santana e Itaqui. O total de investimentos previstos nesse segundo bloco é de R\$ 7,2 bilhões. (07.08.2015 – Baseado em O Estado de São Paulo) (ONS).

Governo Federal vai desligar 21 térmicas e prevê economizar R\$ 5 bilhões

Com a melhora no regime de chuvas no Centro-Sul do País e o recorde de geração eólica no Nordeste, o Governo decidiu desligar 21 usinas térmicas até o fim do ano. Somados, esses empreendimentos geram cerca de 2 mil Megawatts (MW) médios a um custo de geração (CVU) de R\$ 600/MWh, o que deve gerar uma economia de R\$ 5,5 bilhões até 2016. A energia produzida pelas térmicas que serão desligadas é suficiente para atender cerca de 2,7 milhões de residências. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) irá estudar o impacto da medida nas bandeiras. De acordo com o Ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, os níveis dos reservatórios das hidrelétricas devem atingir o patamar de 30% nas regiões Sudeste e Centro-Oeste até novembro e os recordes de geração eólica da região Nordeste possibilitaram a tomada desta medida, proposta pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). (07.08.2015 – Baseado em O Estado de São Paulo)

Burocracia nos Estados dificulta execução de projetos de saneamento, diz Funasa

O Presidente da Funasa, Henrique Pires, afirmou que a burocracia dos Estados brasileiros dificulta a execução dos projetos elaborados pelo Órgão. Ele informou que cerca de 6.400 contratos foram firmados e R\$ 8,5 bilhões foram investidos, de 2007 a 2014, para saneamento básico em Municípios de até 50 mil habitantes. De 2011 a 2014, a Funasa elaborou ainda 1.061 projetos de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Henrique Pires disse, porém, que muitos desses projetos não evoluíram durante as fases de execução. De acordo com Pires, quando os Estados são responsáveis por essas obras, muitos entraves são criados e os projetos acabam sendo esquecidos. “Quando a gente faz um convênio direto com o Município é mais fácil. Aquela obra é muitas vezes a obra mais importante da história daquele Município, então o Prefeito acompanha tudo de perto e ele próprio vai atrás de todas as autorizações necessárias, estando sempre muito próximo da obra”, disse o Presidente da Funasa. “Por outro lado, a coisa fica mais complicada nos Estados, porque quem faz esse trabalho não tem a influência de um Prefeito, e aquele cidadão que libera a licença acaba dificultando isso. O juiz demora mais para autorizar alguma atividade quando há problema jurídico”, afirmou. (05.08.2015 – Baseado em Agência Câmara)

1. ENERGIA ELÉTRICA

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

Previsão para Entrada em Operação (em MW)
De 15 de julho de 2015 até 31 de dezembro de 2019

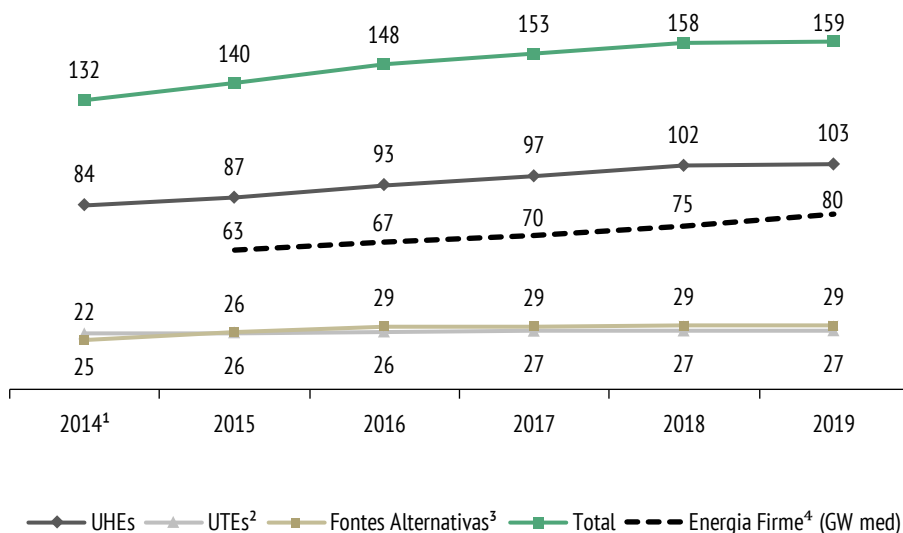
Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2015	2016	2017	2018	2019	Σ
Conservador	2.409	5.769	3.986	4.775	611	17.550
Otimista	2.409	5.769	3.986	4.782	611	17.557
Usinas Termelétricas (UTE)*						
Cenário	2015	2016	2017	2018	2019	Σ
Conservador	140	387	350	97	98	1.072
Otimista	140	387	350	116	4.519	5.512
Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2015	2016	2017	2018	2019	Σ
Conservador	1.862	2.511	303	119	0	4.796
Otimista	1.862	4.670	3.245	3.122	246	13.144
Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2015	2016	2017	2018	2019	Σ
Conservador	4.411	8.667	4.639	4.991	709	23.418
Otimista	4.411	10.826	7.580	8.021	5.376	36.214

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, aumento de 3,3% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de julho de 2015 e 31 de dezembro de 2019.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 36,2 mil MW no período 2015-2019. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 5,4% ao ano.

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)
Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.
Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

Previsão da Capacidade Instalada* (GW) e Oferta de Energia Firme (GW médio)
Cenário Conservador

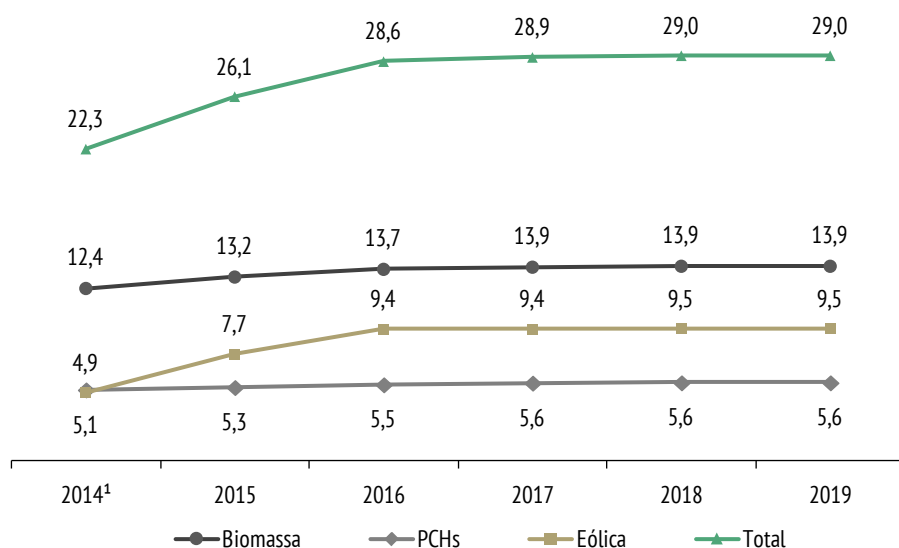


Fonte:
Elaboração própria com dados da Aneel e da PSR Consultoria (Energy Report - Janeiro/2015).

Notas:
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2014.
² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.
³ PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.
⁴ Energia Firme com 5% de risco de déficit, considerando uma redução de 4% na produtividade das usinas hidrelétricas e uma redução nas vazões da região NE para o valor observado nos últimos 20 anos⁵.

* Excluídas as Centrais Nucleares.

**Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW)
Cenário Conservador**



A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2015, é superior à estimativa de variação do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 5,8% e queda de 1,6%.

Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2014.

Entre 2014 e 2019, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 22% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTES), também no cenário conservador, deve ser de 6% no mesmo período. Em dezembro de 2014, a participação das UHEs foi de 64% na matriz elétrica nacional e deve aumentar para 65% até 2019. A participação na capacidade total instalada das UTES deve passar de 19% para 17% até 2019.

A participação das usinas térmicas a biomassa deve permanecer no patamar de 9% e a participação das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve continuar em 4% até 2019. A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas (EOL) na capacidade total instalada, em 2019, passará de 4% para 6%.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

A previsão otimista prevê a entrada em operação de 17,5 mil MW de UHEs até 2019 e a previsão conservadora prevê uma entrada similar no mesmo período. Em outras palavras, cerca de 100% da potência prevista não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

Em relação às termelétricas, prevê-se a entrada em operação no cenário otimista de 5,5 mil MW até 2019. Cerca de 19% dos empreendimentos não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 442 MW de potência adicional até 2019. Já no cenário otimista, até 2019, devem entrar em operação um total de 1,4 mil MW.

As usinas à biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 1,2 mil MW até 2019. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 1,9 mil MW para o mesmo período.

Apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação de eólicas no cenário otimista de 9,4 mil MW, apenas 34% da potência (3,2 mil MW) não apresenta restrições para entrada em operação até 2019.

O projeto de aproveitamento do potencial hidroviário e hidrelétrico do Rio Madeira data da década de 1980. Tinha por fim promover a navegação e a geração de energia nos lados brasileiro e boliviano do curso d'água amazônico. A hidrovia em território brasileiro estender-se-ia de Porto Velho, em Rondônia, até Abunã, na divisa com a Bolívia. No lado boliviano, a navegação percorreria o trecho de Abunã a Esperanza. Incluía o Projeto Madeira quatro usinas hidrelétricas, duas no Brasil (na Cachoeira Santo Antonio e no Salto Jirau), uma na Bolívia (na Cachuela Esperanza, sobre o Rio Beni) e uma binacional, chamada Guajará-Mirim, na fronteira entre o Brasil e a Bolívia. A potência agregada do Complexo cifraria cerca de 11.000 MW e a construção de eclusas possibilitaria a integração fluvial dos dois países.

Já em 1996 foi o Projeto aprovado pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - Dnaee, instância federal que precedeu a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. Dois anos depois o Projeto recebeu a denominação de Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, mas preservou seu escopo original integrante da hidrovia binacional. Contudo, em 2007 a concessão foi limitada à exploração hidrelétrica e nessa área poderá agora prosperar.

Com efeito, o Brasil e a Bolívia negociam acordo para iniciar os estudos de viabilidade da usina binacional de 3.000 MW e pari passu elevar a cota do espelho d'água de Jirau para 90 metros sobre o nível médio do mar, durante todo o ano, a chamada "cota constante". A alteração do nível do reservatório poderia ampliar a capacidade da usina durante a estiagem e a estatal boliviana ENDE ficaria com 10% do acréscimo de energia proveniente de Jirau. Segundo o Presidente da Concessionária responsável pela implantação de Jirau, o impacto ambiental da alteração de cota é baixo e não há população

ribeirinha potencialmente afetada na Bolívia, eis que não existe ocupação onde há recuo das águas durante a seca vez que o rio volta a avançar nas chuvas.

A geração de Jirau é muito variável, pois a vazão de 40 mil m³ por segundo cai para 5 mil m³ por segundo na seca. Por essa razão, a hidrelétrica de 3.750 MW instalados tem garantia física de 2.184 MW médios. O ganho resultante da elevação de cota seria de 420 MW médios ao longo de 177 dias entre o fim de junho e o início de dezembro. O ganho anual esperado monta a 280 MW médios, tendo em conta os dois períodos.

A usina binacional, de custo estimado em R\$ 15 bilhões, poderá entrar em operação em 2022. Consta que será financiada pelo Bndes. Notícias veiculadas recentemente na imprensa dão conta de que a hidrelétrica é parte de amplo acordo de cooperação energética, que poderia ademais incluir a implantação de termelétricas na fronteira entre o Brasil e a Bolívia, e linhas de transmissão que permitam ao país andino exportar a energia ao Brasil.

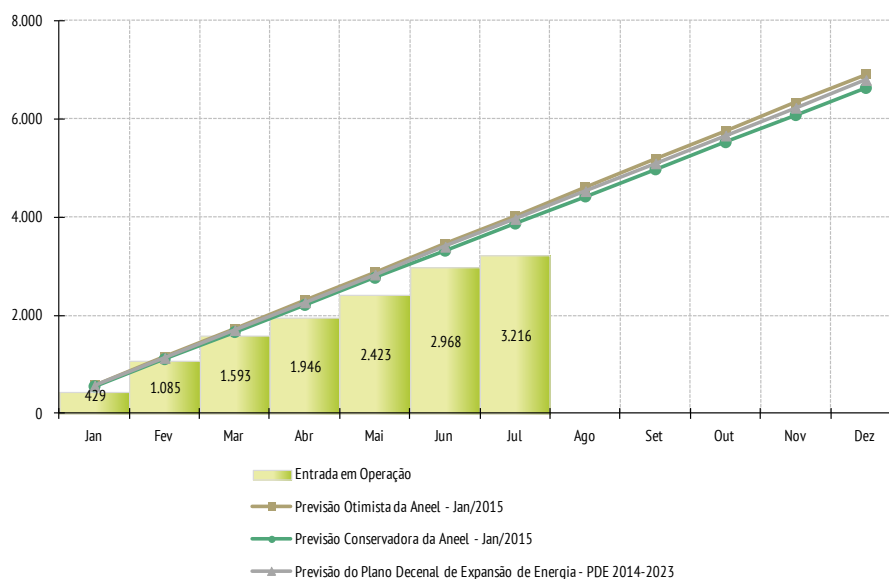
Poderá assim o acordo contribuir para a integração sul-americana a partir de grandes inversões em infraestrutura. Providas de eclusas, poderão as usinas restaurar a idéia de uma hidrovia de 4.200 km de extensão permitindo o deslocamento de grandes embarcações ao longo dos Rios Madeira, Madre de Dios e Beni.

Provavelmente, o projeto de Guajará-Mirim será semelhante ao de Jirau, dispondo de turbinas bulbo, cuja presença no cenário internacional já não é modesta, haja vista a experiência brasileira com Santo Antonio e Jirau, a francesa com Belleville (1997), a japonesa com Tadami (1989), a americana com Murray Lock (1985) e a chinesa com Lingjintan e Hongjiang (1998 e 2003, respectivamente).

11.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

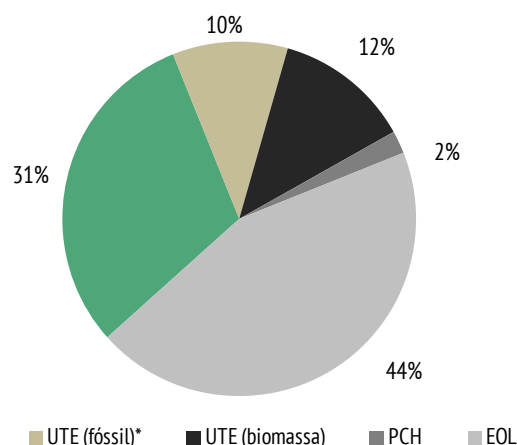
Expansão da Capacidade de Geração em 2015 (MW) De 1º de janeiro a 15 de julho de 2015



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2015, até 15 de julho, entraram em operação 3.261 MW. Desse total, as UHEs representaram 31% da potência total que entrou em operação totalizando 984 MW. As EOL representaram 44% totalizando 1.429 MW. As UTEs a biomassa representaram 12% da capacidade instalada no período, enquanto as UTEs fósseis constituem 10% do total. As PCHs até o período representaram apenas 2% da capacidade instalada.

Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%) De 1º de janeiro a 15 de julho de 2015



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.
* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em junho de 2015, 37.170 GWh, apresentando um valor 1% abaixo do observado em junho de 2014.

O consumo industrial de energia elétrica foi de 14.138 GWh, valor 4% inferior ao observado no mesmo mês de 2014. No acumulado do ano, o consumo industrial de energia elétrica também foi 4% inferior. O consumo industrial de energia elétrica representou 38% do total de energia elétrica consumida em junho de 2015.

A Metalurgia, que agrega 22% do consumo industrial e inclui a produção de alumínio e siderurgia, registrou forte queda no consumo de energia no semestre, cerca de 15% (-10,9% em junho). O setor vem sofrendo impacto com o enfraquecimento do mercado interno, podendo ser exemplificado pela queda na produção de veículos automotivos.

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Junho	Junho	Var. %	Jan-Jun	Jan-Jun	Var. %
	2014	2015		2014	2015	
Residencial	10.317	10.212	-1	66.945	67.138	0
Industrial	14.683	14.138	-4	89.610	85.883	-4
Comercial	6.862	6.962	1	45.447	46.230	2
Outras	5.859	5.858	0	36.620	36.687	0
Total	37.721	37.170	-1	238.622	235.938	-1

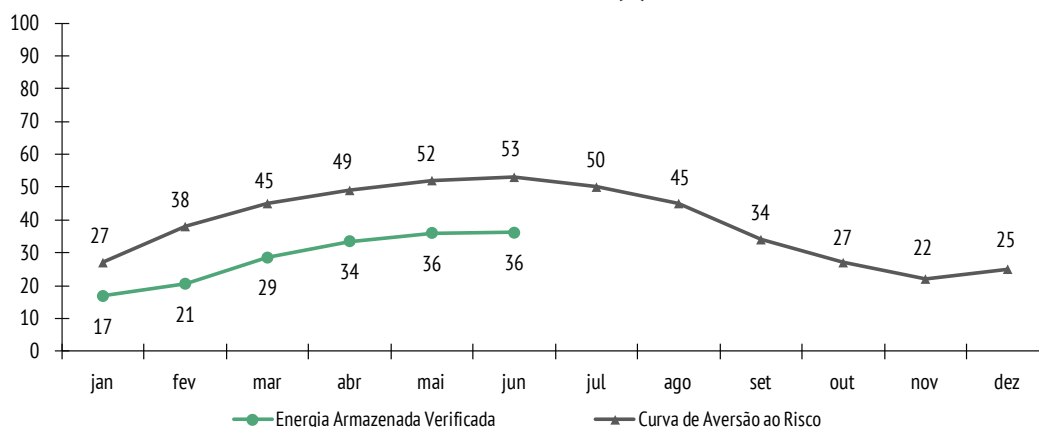
Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

1.3. Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada (ONS)

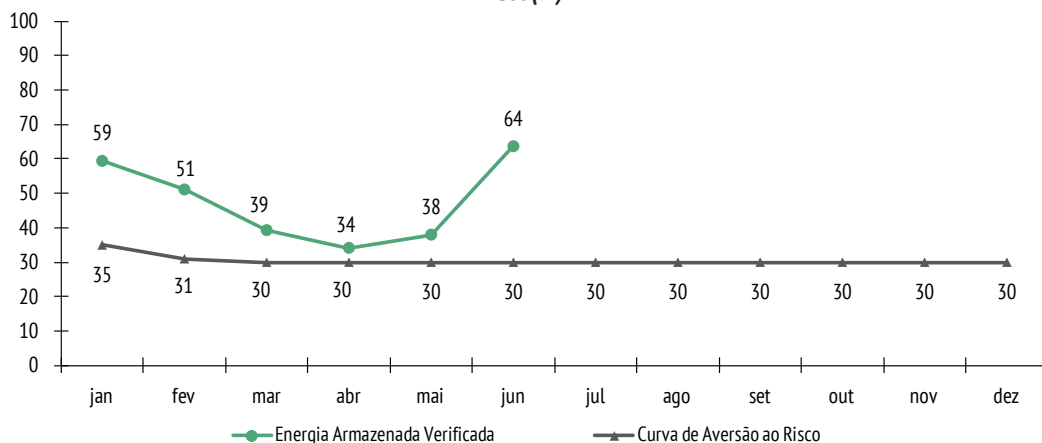
As Curvas de Aversão a Risco estabelecem níveis de energia armazenada, vale dizer, requisito mínimo de armazenagem de energia, em base mensal, adotados como referência de segurança para o atendimento do Sistema Interligado Nacional. Para garantir o atendimento ao mercado e assegurar a capacidade de recuperação dos reservatórios, os níveis de armazenamento do reservatório equivalente de uma Região devem ser mantidos sempre acima dessa curva.

Em junho de 2015, a energia armazenada permaneceu significativamente baixa nas regiões Sudeste e Centro-Oeste em 36%. Na Região Sul a energia armazenada aumentou significativamente de 38% para 64%, na Região Nordeste diminuiu para 25%, e se encontra abaixo da CAR (46%), já na Região Norte houve uma queda de 83% para 80%. As Regiões Sudeste e Centro-Oeste e Nordeste mostram que a capacidade dos reservatórios pode não ser suficiente para atender a demanda no período de seca, deficiência que deve ser suprida por importações de energia dos outros subsistemas ou por acionamento de termelétricas.

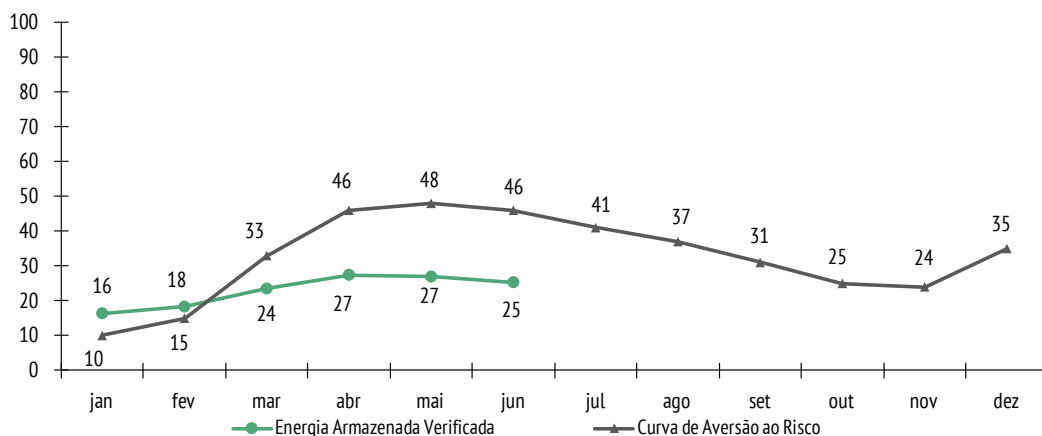
**Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2015
Sudeste e Centro-Oeste (%)**



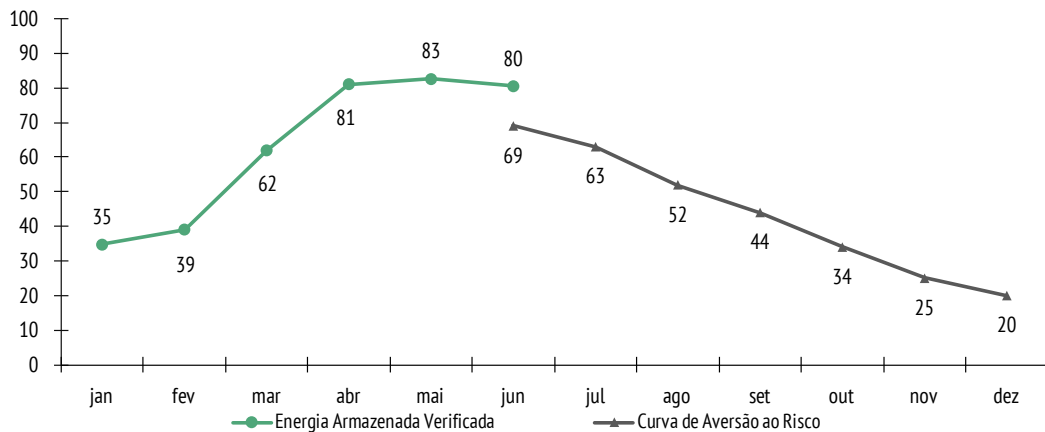
**Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2015
Sul (%)**



**Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2015
Nordeste (%)**



**Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2015
Norte* (%)**



Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.

* A Curva Bianaual de Aversão a Risco proposta para a Região Norte considera a hipótese de ocorrência das aflúncias do pior ano do histórico de Tucuruí para o Subsistema Norte - 1963. Aplicação da curva limitada ao período junho-dezembro de cada ano.

1.4. Preço de Liquidação das Diferenças (CCEE)

O Preço de Liquidação das Diferenças - PLD é utilizado para valorar a compra e a venda de energia no mercado de curto prazo. O PLD é um valor determinado semanalmente para cada patamar de carga com base no custo marginal de operação, limitado por um preço máximo e mínimo vigentes para cada período de apuração e para cada submercado. Os intervalos de duração de cada patamar são determinados para cada mês de apuração pelo ONS e informados à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para que sejam considerados no sistema de contabilização e liquidação. Em 2015, o PLD mínimo e máximo são, respectivamente, R\$ 30,26 e R\$ 388,48/MWh.

Na quinta semana de julho de 2015, o PLD atingiu o valor de R\$ 217,19/MWh para as regiões Sudeste/Centro-Oeste, Nordeste e Norte e R\$ 195,49/MWh para a região Sul referente a carga pesada, valores abaixo do valor máximo para 2015. A carga leve apresentou o valor de R\$ 117,95/MWh para a região Nordeste, R\$ 112,52/MWh para as regiões Sudeste/Centro-Oeste e Norte, e a região Sul apresentou o valor de R\$ 30,26/MWh, o PDL mínimo.

**Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh)
Semana 5 - Julho 2015 (Período: 25/07/2015 a 31/07/2015)**

Carga	Sudeste/Centro-Oeste	Sul	Nordeste	Norte
Pesada	217,19	195,49	217,19	217,19
Média	216,15	119,12	216,15	216,15
Leve	112,52	30,26	117,95	112,52

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE

O cálculo da média mensal do PLD por submercado considera os preços semanais por patamar de carga leve, média e pesada, ponderado pelo número de horas em cada patamar e em cada semana do mês, para todas as Regiões. O mês de julho de 2015 apresentou um PLD médio com valores entre R\$ 203,89/MWh na região Sul e R\$ 243,74 na região Nordeste. Todas as regiões apresentaram um valor 59% inferior ao observado no mesmo mês do ano anterior.

**Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh)
Mensal**

Região	Julho	Julho	Variação (%)
	2014	2015	
Sudeste/Centro-Oeste	592,54	240,08	-59,48
Sul	503,10	203,89	-59,47
Nordeste	592,54	243,74	-58,87
Norte	592,54	241,24	-59,29

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE

2. PETRÓLEO

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

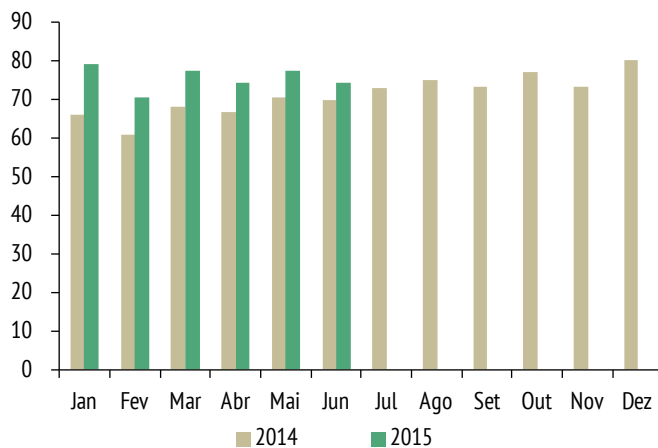
A produção nacional de petróleo, no mês de junho de 2015, foi de 74 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume 7% superior ao produzido no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a produção foi 13% superior.

O grau API médio do petróleo produzido em junho de 2015 foi de aproximadamente 25,0°, sendo que 8,3% da produção foi considerada óleo leve (maior

ou igual a 31°API), 60,6% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 31,1% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

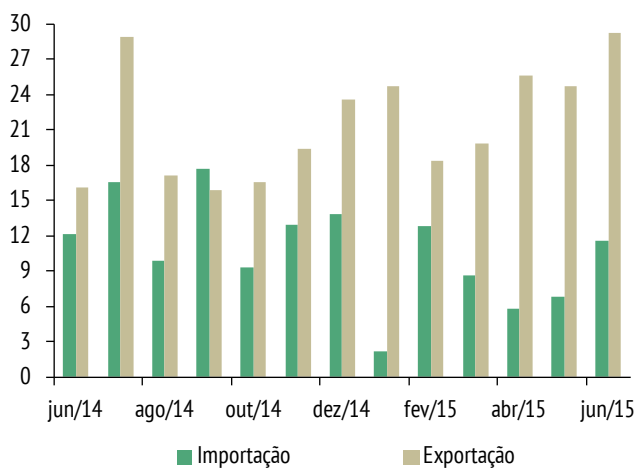
O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em junho de 2015, foi de 63 milhões bep. Esse volume foi 4% inferior ao observado em junho de 2014. No acumulado do ano, o volume de processamento também foi 4% inferior.

Produção Nacional de Petróleo
(milhões bep)



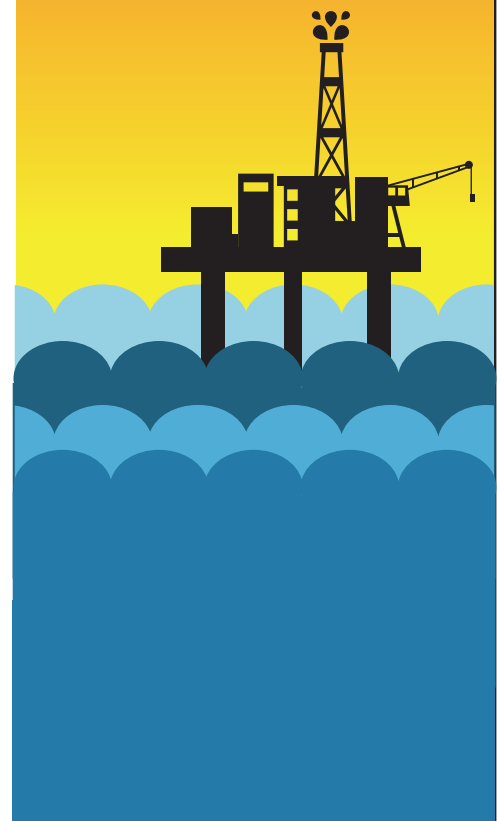
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação vs. Exportação de Petróleo
(milhões bep)

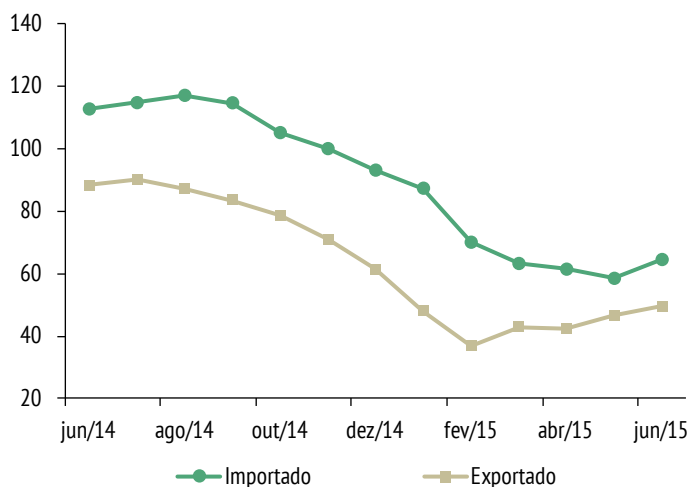


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

De acordo com a ANP, em junho de 2015, cerca de 93,3% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.



**Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado
(US\$ FOB/barril)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

O volume de petróleo exportado pelo País, em junho de 2015, foi de 29 milhões de bep, volume 82% superior ao exportado em junho de 2014. No acumulado do ano, o volume de petróleo exportado também foi 82% superior ao observado no mesmo período de 2014.

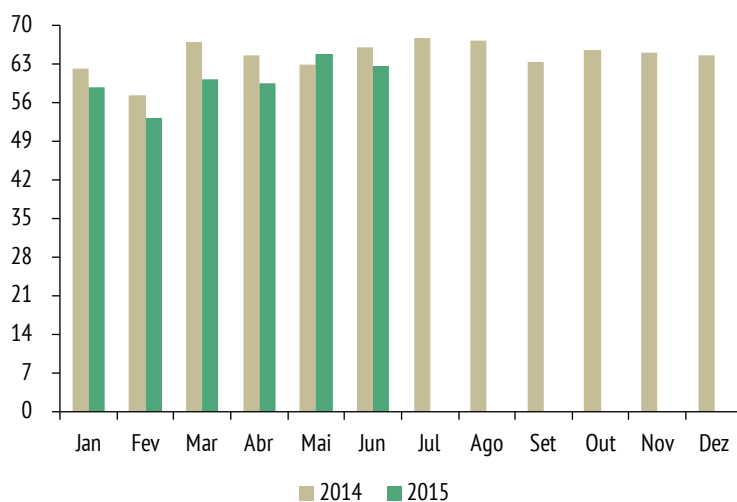
O preço médio do petróleo importado pelo país, em junho de 2015, foi de US\$ 64,47/barril, valor 43% inferior ao observado em junho de 2014.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

Em junho de 2015, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 62 milhões bep (1 bep equivale a 0,16 m³), volume 5% inferior ao produzido em junho de 2014. No acumulado do ano, a produção nacional de derivados também foi 5% inferior ao mesmo período do ano passado.

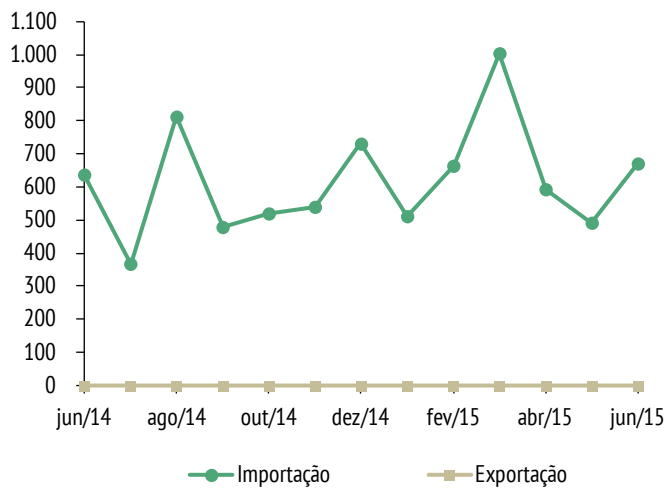
A importação de derivados de petróleo, em junho de 2015, foi de 14 milhões bep, valor 14% inferior ao registrado em junho do ano anterior. No acumulado do ano, a importação observada foi 3% inferior ao mesmo período do ano passado.

**Produção de Derivados de Petróleo
(milhões bep)**



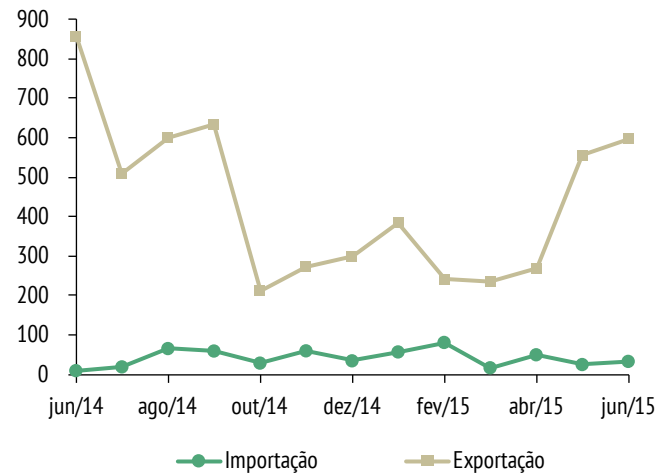
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Nafta
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

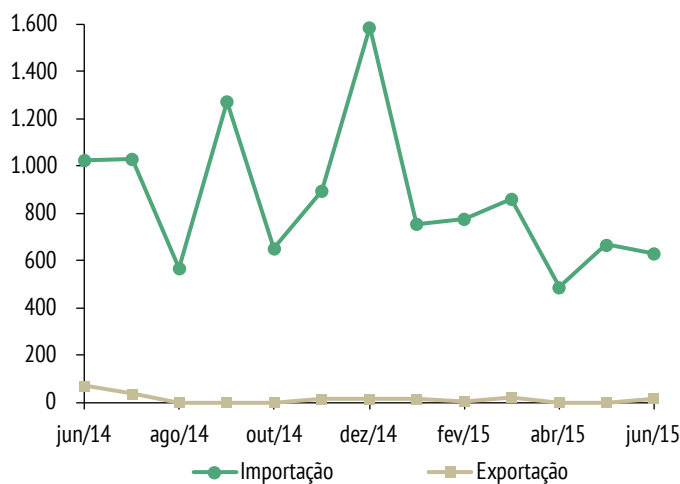
Importação e Exportação de Óleo Combustível
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

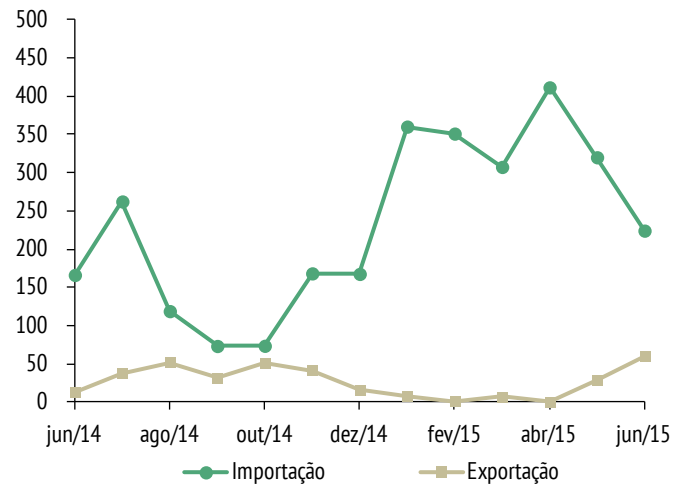
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em junho de 2015, foi constatado um total de 9 milhões bep, o que representa um volume 10% inferior ao observado no mesmo mês de 2014. No acumulado do ano, a exportação foi 7% inferior.

Importação e Exportação de Óleo Diesel
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa de Petróleo e Derivados (ANP).

Em junho de 2015, o Brasil registrou uma dependência externa negativa de 22% na balança comercial de petróleo e derivados. A importação de petróleo e derivados foi 13 milhões bep inferior à exportação de petróleo e derivados frente a um consumo aparente de 61 milhões de bep. Em junho de 2014, a dependência externa foi positiva em 2%. No acumulado do ano de 2015, foi observada uma dependência negativa de 13%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	Junho/2014	Jan-Jun/2014	Junho/2015	Jan-Jun/2015
Produção de Petróleo (a)	70	401	74	453
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-4	-15	-18	-95
Imp. Líq. de Derivados (c)	6	42	4	42
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	71	428	61	401
Dependência Externa (e)=(d-a)	2	27	-13	-52
Dependência Externa (%)=(e)/(d)	2%	6%	-22%	-13%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial de Petróleo e Derivados (ANP).

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em junho de 2015, apresentou saldo positivo de US\$ 322 milhões FOB. O Brasil exportou US\$ 322 milhões FOB a mais do que importou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo foi negativo de US\$ 643 milhões FOB. No acumulado do ano, a balança comercial de petróleo e derivados apresentou saldo negativo de US\$ 186 milhões FOB.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

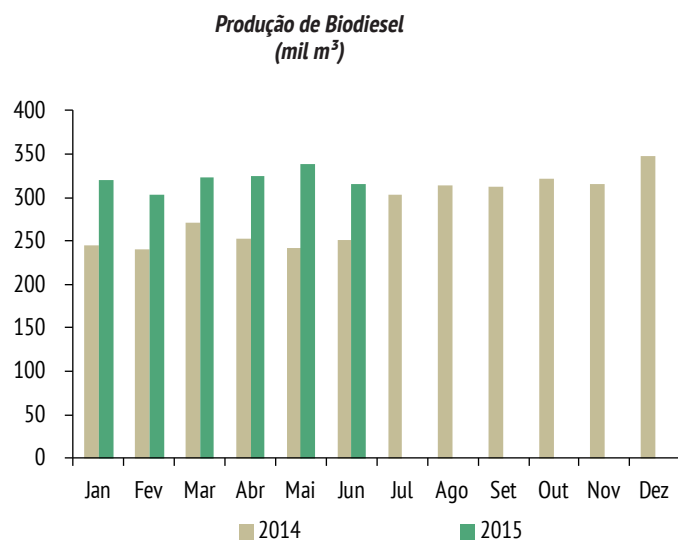
	Junho/2014	Jan-Jun/2014	Junho/2015	Jan-Jun/2015
Petróleo				
Receita com exportação (a)	1.418	6.814	1.446	6.399
Dispêndio com importação (b)	1.366	7.248	746	3.132
Balança Comercial (c)=(a-b)	52	-433	700	3.267
Derivados				
Receita com exportação (d)	1.047	4.841	565	2.634
Dispêndio com importação (e)	1.741	9.679	943	6.087
Balança Comercial (f)=(d-e)	-694	-4.838	-378	-3.453
Petróleo e Derivados				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	2.464	11.656	2.011	9.033
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	3.107	16.927	1.688	9.219
Balança Total (i)=(g)-(h)	-643	-5.271	322	-186

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

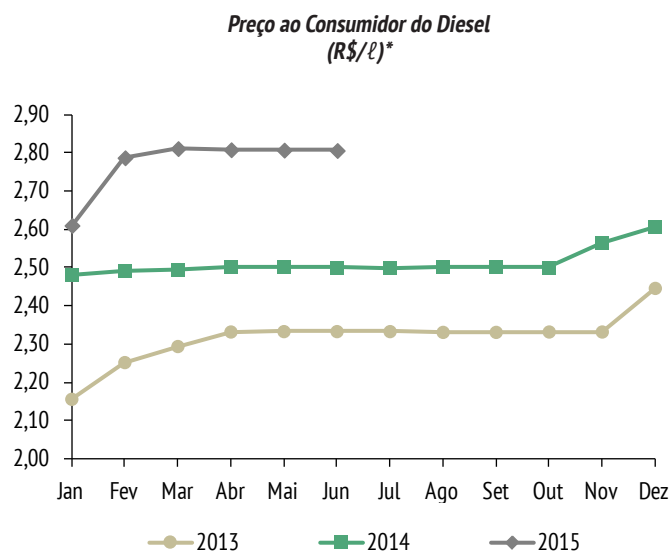
3. BIOCOMBUSTÍVEIS

3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em junho de 2015, foi de 315 mil m³, montante 25% superior ao produzido em junho de 2014. No acumulado do ano, a produção de biodiesel foi 28% superior. O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em junho de 2015, foi de R\$ 2,81/ℓ, valor 12% superior ao observado em junho de 2014.



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2015/2016 produziu, até o dia 30 de junho de 2015, 8.800 mil m³ de álcool, sendo 5.974 mil m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (68%). Em relação ao mesmo período da safra 2014/2015, houve um aumento de 22% na produção de álcool hidratado.

A produção total de álcool foi 4% superior em relação ao mesmo período da safra anterior, com aumento na produção do álcool hidratado.

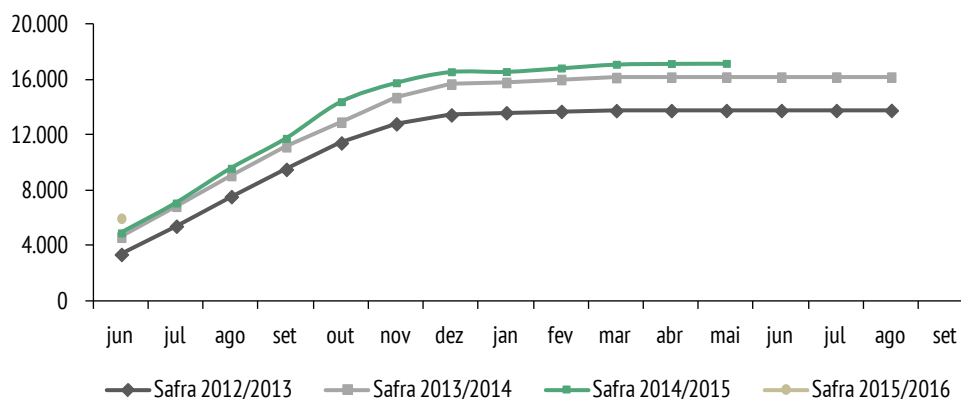
Já a produção de açúcar apresentou queda. Até 30 de junho de 2015, produziu-se 8,6 milhões de toneladas de açúcar, volume 14% inferior ao observado no mesmo período da safra 2014/2015.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2013/2014 (até 30 de junho de 2014)	Safra 2014/2015 (até 30 de junho de 2015)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m ³)	3.523	2.826	-20
Álcool Hidratado (mil m ³)	4.916	5.974	22
Total Álcool (mil m³)	8.439	8.800	4
Açúcar (mil ton)	9.921	8.571	-14

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

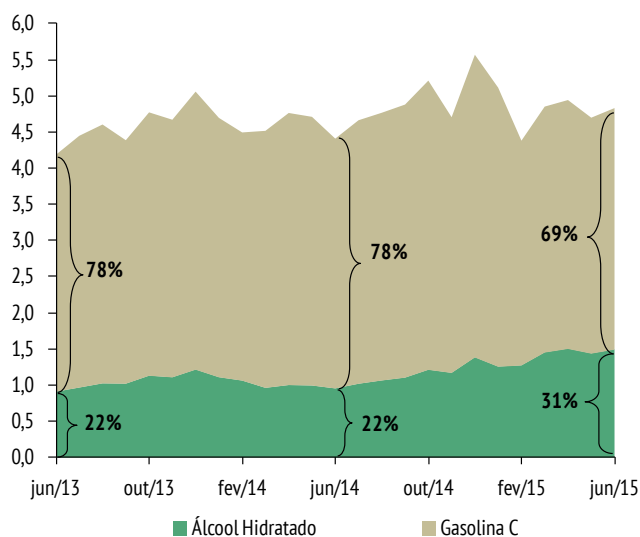
3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 1,5 milhão m³ em junho de 2015. Esse número representa um aumento de 56% em relação ao volume vendido em junho do ano anterior. No acumulado do ano, as vendas apresentaram um aumento de 38%.

As vendas de álcool etílico hidratado representaram 31% do universo de vendas do álcool e da gasolina em junho de 2015. Essa participação foi 9 pontos percentuais superior ao observado em junho de 2014.

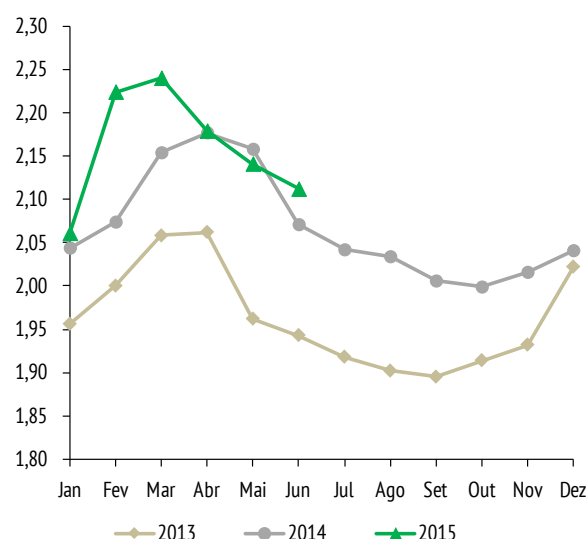
Em junho de 2015, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 2,11/ℓ, valor 2% superior ao registrado no mesmo período de 2014.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹ (milhão m³)



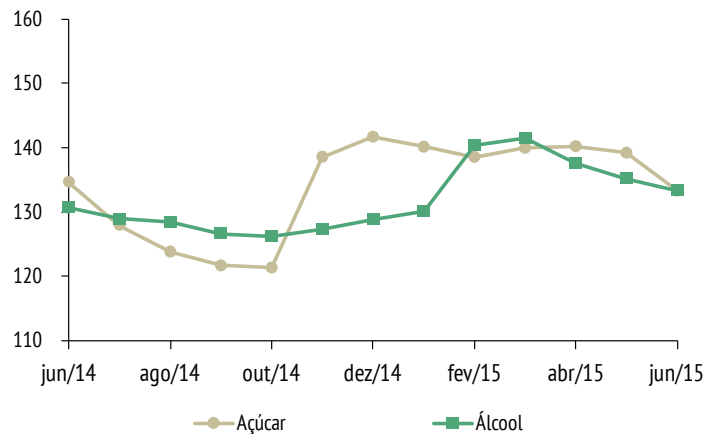
¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R\$/ℓ)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado
(jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

4. GÁS NATURAL

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em junho de 2015, foi de 95,5 milhões m³, representando um aumento de 10% comparado à média verificada em junho de 2014. No acumulado do ano, a média foi 14% superior. A importação de gás natural realizada pelo País, em junho de 2015, foi de 49 milhões m³/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 106,6 milhões m³/dia. Este montante é 14% superior ao observado em junho de 2014. No acumulado do ano, a oferta total do gás natural foi 19% superior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 40% em junho de 2015. Em junho de 2014, essa proporção havia sido de 36%.

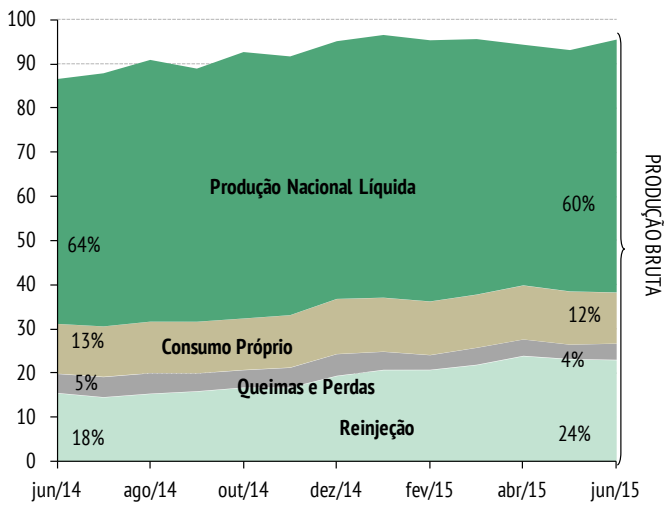
Balanco do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	Média em Junho/2014	Média do período Jan-Jun/2014	Média em Junho/2015	Média do período Jan-Jun/2015
Produção Nacional¹	86.565	83.495	95.516	95.088
- Reinjeção	15.506	14.996	22.987	22.228
- Queimas e Perdas	4.264	4.509	3.620	3.598
- Consumo Próprio	11.301	11.089	11.599	12.065
= Produção Nac. Líquida	55.494	52.901	57.310	57.197
+ Importação	38.093	44.663	49.287	58.959
= Oferta	93.587	97.564	106.597	116.156

¹ Não inclui Gás Natural Liquefeito.

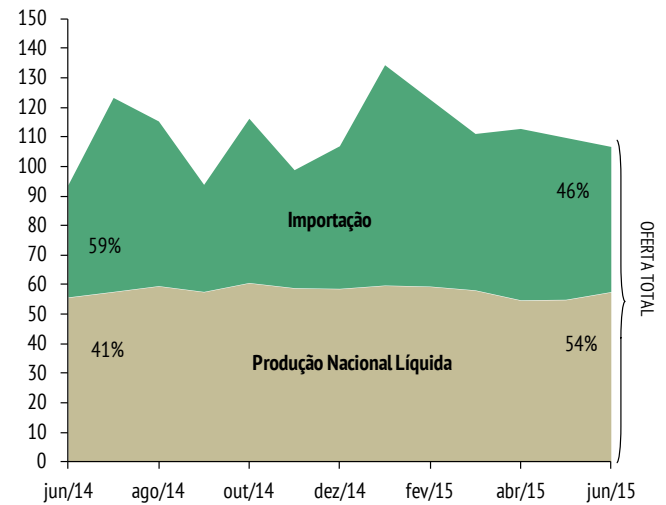
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Produção Nacional Bruta de Gás Natural
(milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Oferta Total de Gás Natural
(milhão m³/dia)



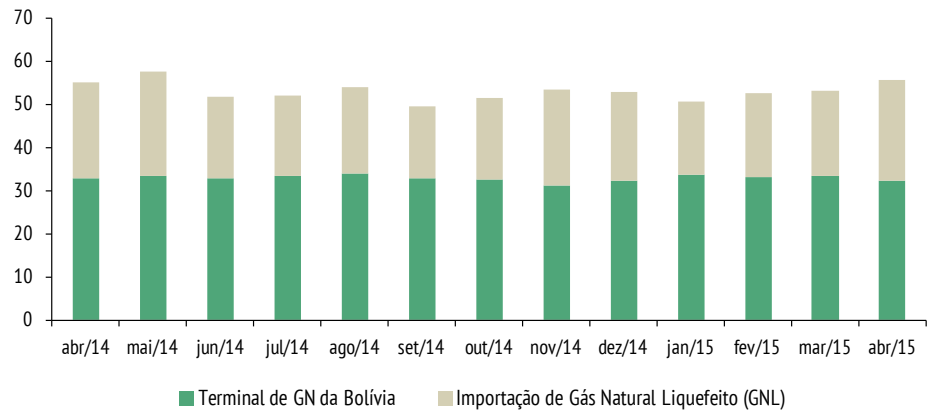
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

4.2. Importação Média de Gás Natural (MME)

A importação média de Gás Natural da Bolívia, em abril de 2015, foi de 32 milhões de m³/dia, volume 1% inferior ao observado no mesmo mês de 2014.

Em abril de 2015, a importação média de Gás Natural Liquefeito (GNL) totalizou 23,3 milhões m³/dia, volume 5% superior ao montante observado em abril do ano anterior.

Importação de Gás Natural (milhões m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia.

4.3. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás natural no país em maio de 2015 foi, em média, cerca de 76,5 milhões de m³/dia. Essa média é 1% superior ao volume médio diário consumido em maio de 2014. No acumulado do ano, o consumo de gás natural apresentou um aumento de 9% em relação ao observado no mesmo período do ano anterior.

O setor industrial, em maio de 2015, consumiu 28,3 milhões de m³/dia de gás natural, volume 3% inferior ao apresentado no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, o consumo industrial de gás natural se apresentou equivalente ao observado de janeiro a maio de 2014.

O setor industrial foi responsável por 37% do consumo de gás natural em maio de 2015. A geração elétrica foi o primeiro setor em consumo, responsável por 45% do volume total de gás consumido no mesmo mês.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	Médio (mil m ³ /dia)		Variação %	
	Mai/2015	Jan-Mai/2015	Mai-2015/Mai-2014	Acumulado no Ano
Industrial	28.265	28.509	-3	0
Automotivo	4.760	4.794	-4	-3
Residencial	981	826	1	1
Comercial	768	748	5	2
Geração Elétrica	34.708	35.708	-3	9
Co-geração*	2.190	2.355	-18	-7
Outros	4.867	6.472	151	188
Total	76.539	79.413	1	9

Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

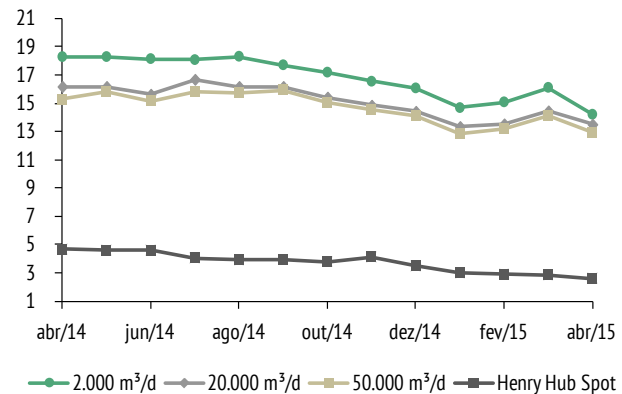
*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

4.4. Preço do Gás Natural (MME).

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em abril de 2015, foi de US\$ 13,54/MMBTU, valor 18% inferior ao observado em abril de 2014 (US\$ 16,58/MMBTU). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em abril de 2015, o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 2,61/MMBTU, valor 44% inferior ao apresentado em abril de 2014 (US\$ 4,66/MMBTU). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega do dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBTU)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

¹ Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

² Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

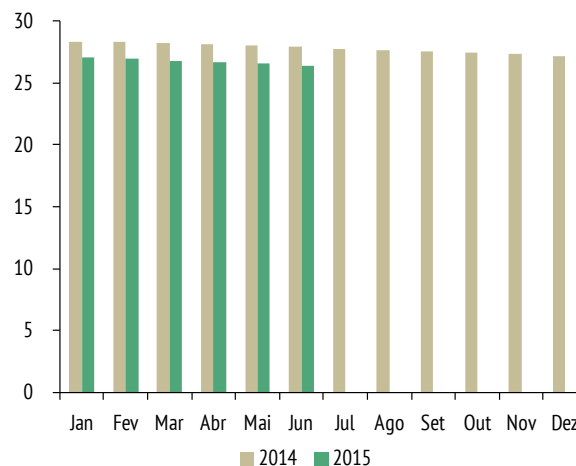
5. TELECOMUNICAÇÕES

5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Os acessos fixos instalados são o conjunto formado pelo número total de acessos em serviço, inclusive os destinados ao uso coletivo, mais os acessos que, embora não ativados, disponham de todas as facilidades necessárias à entrada em serviço. O total de acesso instalados não é atua-

lizado desde junho de 2014 e não teve alteração significativa ao longo do período analisado, permanecendo em 44 milhões de acessos. O total de acesso fixos em serviço alcançou 26 milhões em junho de 2015, valor 5% inferior ao registrado em junho de 2014.

Acessos Fixos em Operação (milhões)



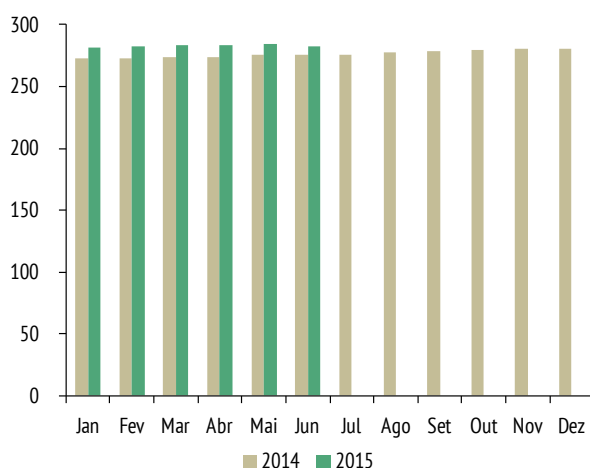
Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

5.2. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel e Fixa (ANATEL)

O número total de acessos via telefonia móvel em junho de 2015 foi de 282 milhões, montante 2% superior ao observado no mesmo período de 2014.

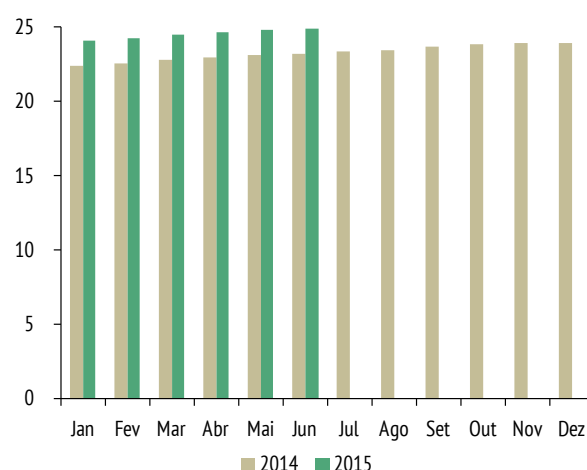
Os acessos totais de internet fixa tiveram um crescimento de 7% se compararmos com os valores de junho de 2014. Neste último mês tivemos aproximadamente 25 milhões de acessos fixos enquanto que no mesmo período do ano anterior esse valor foi de 23 milhões.

Evolução do Total de Acessos Móveis (milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

Evolução do Total de Acessos Fixos (milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

6. TRANSPORTES

6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Até o fechamento desta edição a ANTAQ não havia disponibilizado os dados de movimentação portuárias para junho de 2015. Seguem as últimas informações disponíveis.

Em maio de 2015, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) apresentou uma expansão de 2% em relação a maio de 2014. A movimentação de granel líquido foi 1% inferior ao movimentado no mesmo mês do ano anterior enquanto a carga geral apresentou redução de 2%.

Os TUPs representaram 65% da movimentação total de carga nos portos e terminais em maio de 2015. A movimentação total nos TUPs foi de 55.062 mil toneladas, volume 1% superior ao observado em maio de 2014. Os portos públicos movimentaram 29.928 mil toneladas, volume 1% inferior em comparação com mesmo mês do ano anterior.

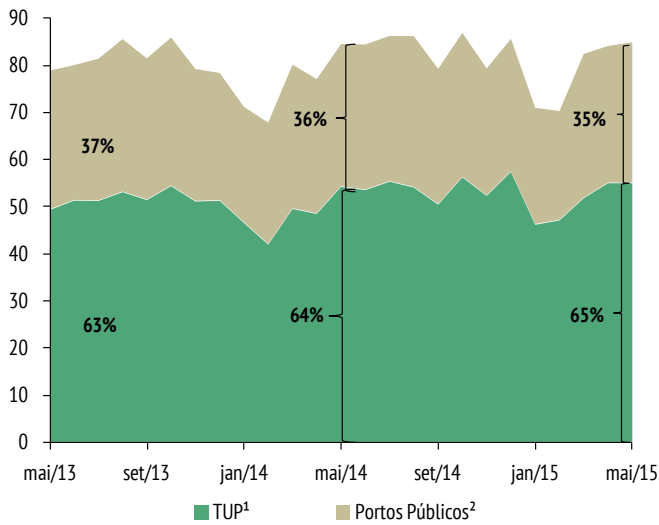
A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do país em maio de 2015 foi de 742 mil TEUs (twenty-foot equivalent unit), montante 4% inferior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Movimentação Total de Cargas - por natureza* (mil t)

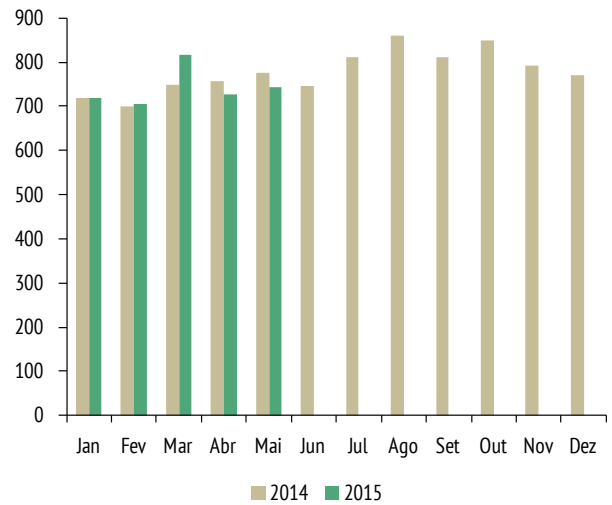
	Período		Variação %
	Mai/2015	Mai/2014	Mai-2015 / Mai-2014
Granel Sólido (a)	53.694	52.739	2%
Portos Públicos	18.302	18.331	0%
TUPs	35.392	34.408	3%
Granel Líquido (b)	19.259	19.551	-1%
Portos Públicos	4.158	4.582	-9%
TUPs	15.102	14.969	1%
Carga Geral Solta (c)	12.036	12.321	-2%
Portos Públicos	7.468	7.413	1%
TUPs	4.568	4.908	-7%
Total (a+b+c)	84.990	84.611	0%
Portos Públicos	29.928	30.327	-1%
TUPs	55.062	54.285	1%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.
* Terminais de uso privativo (114 instalações).
Portos públicos (33 instalações).

**Movimentação Total de Cargas
(milhões t)**



**Movimentação Total de Contêineres*
(mil TEUs)**



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.
¹Terminais de uso privativo (114 instalações).
²Portos públicos (33 instalações).

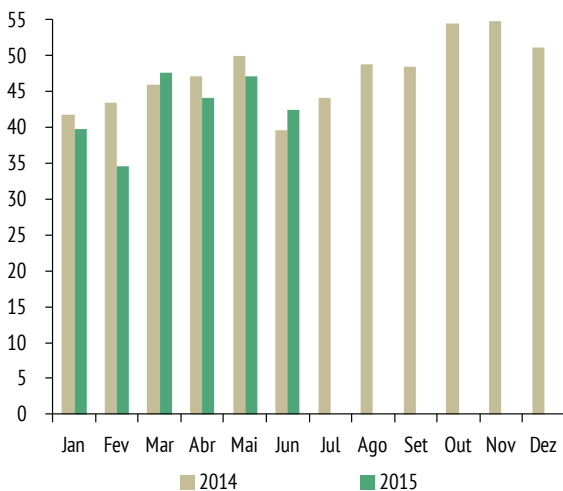
Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.
*Terminais de uso privativo (114 instalações).
Portos públicos (33 instalações).

6.2. Transporte Aéreo (ANAC)

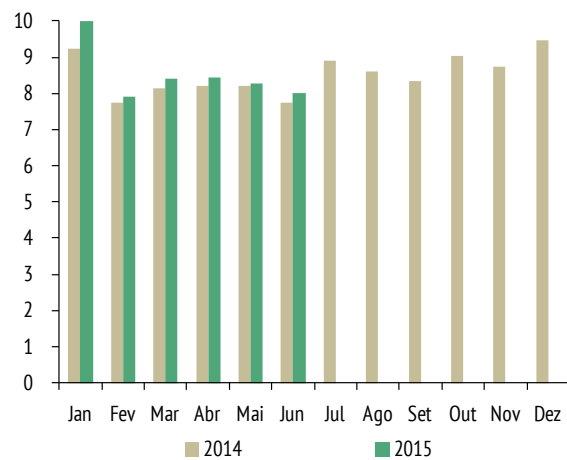
A movimentação de passageiros pagos em junho de 2015, somando mercado nacional e internacional, foi de 8 milhões de passageiros, valor 3% superior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. Os passageiros nacionais representam 93% da movimentação total de junho de 2015.

A movimentação de carga aérea total no País em junho de 2015, somando mercado nacional e internacional, foi de 42 mil toneladas, montante 7% superior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. A carga doméstica respondeu por 67% do total de cargas movimentado no período.

**Movimentação mensal de Cargas
(mil toneladas)**



**Movimentação mensal de Passageiros
(milhões)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, em junho de 2015, foi de 42 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 7% superior ao observado no mesmo período de 2014. A movimentação de insumos para indústria cimenteira e construção civil foi o setor que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (44%), enquanto Extração Vegetal e Celulose apresentou a maior retração (-16%). O minério de ferro correspondeu a 76% do total movimentado em junho de 2015.

No acumulado do ano, o transporte de carga nas ferrovias atingiu 232 milhões de TUs, 5% superior se comparado com junho de 2014.

Movimentação de Mercadoria nas Ferrovias

Ano	2015	2014	Variação (%)
Mercadoria	Junho (mil TU)	Junho (mil TU)	Jun-15/ Jun-14
Minério de Ferro	32.101	30.054	7
Soja e Farelo de Soja	2.905	2.748	6
Indústria Siderúrgica	1.595	1.153	38
Carvão/Coque	1.359	1.291	5
Produção Agrícola (exceto soja)	998	1.034	-4
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	786	792	-1
Grãos Minerais	595	508	17
Extração Vegetal e Celulose	486	576	-16
Conteiner	347	393	-12
Indústria Cimenteira e Construção Civil	320	281	14
Azubos e Fertilizantes	278	193	44
Cimento	251	213	18
Carga Geral - Não Contein.	9	11	-13
Total	42.029	39.247	7

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT.

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em junho de 2015, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 72 milhões de toneladas, volume 14% superior ao averiguado em junho de 2014. As exportações totalizaram 59 milhões de toneladas, 82% do total.

De janeiro a junho de 2015, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 369 milhões de toneladas, montante 6% superior ao averiguado no ano anterior. O modal marítimo apresenta a maior participação nas movimentações, com 95% do total no mês de junho.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação (%)	
	Jun/2014	Jun/2015	Jun-2015 / Jun-2014	Acumulado do ano
Marítimo	59.134	69.018	17	7
Fluvial	2.308	1.299	-44	-9
Aéreo	91	109	21	-2
Ferrovário	37	25	-31	-24
Rodoviário	921	861	-6	-7
Outros*	958	1.051	10	4
Total	63.448	72.364	14	6

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

*Linha de transmissão, tudo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. INVESTIMENTOS PRIVADOS EM INFRAESTRUTURA

7.1. Desembolsos do BNDES

Até o fechamento desta edição o BNDES não havia disponibilizado os dados de Desembolsos por setor CNAE. Seguem as últimas informações disponíveis.

Em maio de 2015, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 2,1 bilhões, valor 33% inferior ao aportado em maio de 2014.

Desembolso mensal BNDES

Setor	Maior/2014 R\$ milhão	Maior/2015 R\$ milhão	Varição (%)	Participação (%)
Refino e Álcool	88	308	251	15
Energia Elétrica e Gás Natural	638	1.574	147	76
Saneamento	60	25	-58	1
Telecomunicações	793	12	-99	1
Transporte	1.504	148	-90	7
Aéreo	6	71	1.118	-
Aquaviário	50	78	56	-
Terrestre	1.448	0	-100	-
Total Infraestrutura	3.083	2.068	-33	100

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA UNIÃO (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada registrada no SIAFI para o Orçamento da União de 2015 é de, aproximadamente, R\$ 2,9 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 83 bilhões correspondem à alínea “investimentos”, o que representa 3% do orçamento total de 2015.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto, R\$ 14,2 bilhões o que representa 54% da dotação total do órgão.

Do orçamento de investimentos da União para 2015, foram empenhados, até 31 de julho, R\$ 15,5 bilhões, cerca de 19% da dotação autorizada. No mesmo período foram liquidados R\$ 3,9 bilhões. Foram pagos do orçamento aproximadamente R\$ 2,6 bilhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 20,9 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 14,2 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2015, foram empenhados cerca de R\$ 5,4 bilhões (38% da dotação autorizada) e liquidados R\$ 996 milhões até 31 de julho. No mesmo período, foram pagos do orçamento cerca de R\$ 419 milhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 4,8 bilhões.

Cerca de 76% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 10,8 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 2,4 bilhões, ou 17%), hidroviário (R\$ 305 milhões) e outros (R\$ 734 milhões). A modalidade portuária apresenta restos a pagar pagos no total de R\$ 9 milhões até dia 31 de julho.

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2015, cerca de R\$ 1,9 bilhão em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 8,9 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 10,7 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 72,4 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2015.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 38% foram pagos até 31 de julho de 2015 (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 23% do total de restos a pagar inscritos.

9. PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC (SIAFI) – TABELA IV

Para 2015, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 65,3 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 41% no Ministério das Cidades (R\$ 26,8 bilhões) e 20% no Ministério dos Transportes (R\$ 13,3 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou R\$ 18,2 bilhões (28% do orçamento autorizado) e liquidou R\$ 6,3 bilhões até 31 de julho de 2015. Foram pagos R\$ 5,3 bilhões do orçamento de 2015 e os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R\$ 17,9 bilhões no mesmo período. Ainda restam R\$ 43,2 bilhões em restos a pagar não pagos nos projetos do PAC Orçamentário.

10. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DAS ESTATAIS (MPOG) (TABELA V)

Em 2015, as empresas estatais e agências de fomento apresentam dotação autorizada para investimentos no valor de R\$ 106,2 bilhões. Foram executados, até o terceiro bimestre de 2015, investimentos no valor de R\$ 37,0 bilhões, equivalentes a 35% da dotação autorizada. Esse valor foi 17% inferior ao desembolsado no mesmo período em 2014.

Em relação às Estatais vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, a dotação de investimentos para 2015 foi de R\$ 94,4 bilhões. As despesas totais realizadas até junho foram de cerca de R\$ 34,5 bilhões, o que representa uma execução de 37% do autorizado e 93% do total executado pelas Estatais.

Entre as empresas estatais, o Grupo Petrobras concentrou 79% da dotação autorizada para as Estatais em 2015 e respondeu por 88% da despesa realizada no terceiro bimestre num total de R\$ 32,7 bilhões (execução de 39% de sua dotação).

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2015
Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 31/07/2015*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.537	213	14	30	2	29	2	252	280	581
MAPA	1.511	72	5	4	0	3	0	192	195	1.043
MCTI	975	121	12	89	9	15	2	337	352	641
MDIC	282	7	2	3	1	3	1	16	19	52
MME	143	34	24	14	10	10	7	74	84	28
M. Transportes	14.208	5.353	38	996	7	419	3	4.404	4.824	7.254
M. Comunicações	81	1	1	0	0	0	0	15	15	100
MMA	179	14	8	3	2	3	2	20	22	87
MDA	1.112	27	2	8	1	3	0	137	140	733
M. Defesa	11.277	3.336	30	963	9	762	7	2.337	3.099	3.048
M. Int. Nacional	5.377	778	14	323	6	317	6	1.887	2.203	4.578
M. das Cidades	11.388	935	8	70	1	68	1	1.824	1.892	13.117
Outros**	35.243	4.623	13	1.396	4	974	3	6.786	7.759	29.321
Total	83.312	15.514	19	3.901	5	2.606	3	18.280	20.886	60.582

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes - OGU 2015
Investimentos - Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 31/07/2015*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferrovário	2.357	827	35	399	17	292	12	583	876	600
Hidroviário	305	44	14	0	0	0	0	52	52	353
Portuário	0	0	0	0	0	0	0	9	9	7
Rodoviário	10.812	4.332	40	574	5	117	1	3.571	3.687	5.957
Outros	734	150	20	23	3	10	1	190	200	338
Total	14.208	5.353	38	996	7	419	3	4.404	4.824	7.254

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2015

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período - atualizados até 31/07/2015*

R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	1.863	6	1.785	72
União	8.875	247	3.855	4.774

Restos a Pagar Não-processados

Valores em final de período - atualizados até 31/07/2015*

R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	10.705	904	2.619	7.182
União	72.365	2.131	14.425	55.809

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

**Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2015
PAC - Por Órgão Superior**

Valores em final de período - atualizados até 31/07/2015*

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	3.611	1.551	43	1.300	36	1.300	36	663	1.963	858
M. Planejamento	2	1	29	0	11	0	11	0	0	0
MAPA	0	0	0	0	0	0	0	44	44	302
MCTI	0	0	0	0	0	0	0	14	15	0
M. Fazenda	80	0	0	0	0	0	0	0	0	80
MEC	6.629	598	9	42	1	42	1	1.271	1.313	7.534
MDIC	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0
M. Justiça	0	5	0	5	0	5	0	2	7	1
M. Minas e Energia	199	39	19	25	12	21	10	105	125	74
M. Saúde	1.371	611	45	447	33	182	13	464	646	2.392
M. Transportes	13.271	5.667	43	1.107	8	505	4	4.622	5.127	7.182
M. Comunicações	993	402	40	169	17	169	17	1	170	37
M. Cultura	171	52	31	13	8	10	6	68	78	306
M. Meio Ambiente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
MDA	380	0	0	0	0	0	0	1	1	26
M. Esporte	1.519	610	40	8	1	8	1	384	392	1.082
M. Defesa	6.146	2.208	36	600	10	472	8	943	1.415	1.521
M. Integr. Nacional	3.787	715	19	323	9	317	8	1.706	2.023	2.985
M. Turismo	0	0	0	0	0	0	0	53	53	1.597
M. Desenv. Social	347	21	6	1	0	1	0	121	121	436
M. Cidades	26.764	5.679	21	2.305	9	2.304	9	7.471	9.775	16.832
Total	65.269	18.158	28	6.344	10	5.335	8	17.935	23.270	43.249

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

**Tabela V - Orçamento de Investimentos - 2015
Estatais e Agências de Fomento**

R\$ milhão

Por órgão	Dotação	Despesa realizada até 3º bim.	Por Subfunção	Dotação	Despesa realizada até 3º bim.
Ministério de Minas e Energia	94.386	34.536	Produção Industrial	99	15
Ministério dos Transportes ¹	0	0	Energia Elétrica	10.639	1.959
Secretaria de Portos	762	147	Combustíveis Minerais	74.189	30.342
Secretaria da Aviação Civil	1.629	455	Transporte Aéreo	1.609	447
Ministério das Comunicações	2.054	482	Transporte Hidroviário	2.600	780
Outros	7.334	1.371	Transportes Especiais	4.677	923
Total	106.165	36.991			

¹Refere-se, apenas, à Cia Docas do Maranhão - CODOMAR

Por função	Dotação	Despesa realizada até 3º bim.	Por Unidade	Dotação	Despesa realizada até 3º bim.
Indústria	119	15	Grupo Eletrobrás	10.933	1.847
Comunicações	2.053	482	Grupo Petrobras	83.438	32.687
Energia	94.370	34.531	Cias DOCAS ²	762	147
Transporte	2.407	607	Infraero	1.629	455

Fonte: Portaria n.º 12/2014 do MPOG.

²Despesas alocadas na Secretaria de Portos

Documento elaborado com dados disponíveis até 10 de agosto de 2015.